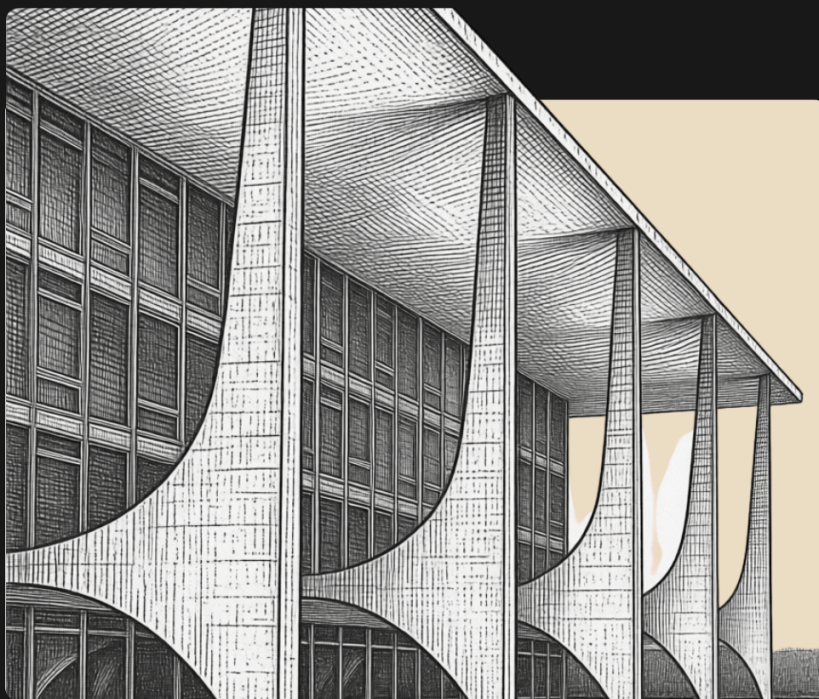


JURISPRUDÊNCIAS MAPEADAS



# ADMINISTRATIVO

**Repercussão Geral do STF • Repetitivos do STJ**  
*Teses Esquematizadas, Mapeadas e Interativas por questões*



2026

Método **dpn**

  
**ANTI  
ESTUDO  
FOFO**



Método Dpn – Direito Para Ninjas

# **JURISPRUDÊNCIA MAPEADA**

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**













Daniel Trindade

11ª Edição • Atual. 22/6/2026

É comum que alguns temas de repercussão geral ou de repetitivos sejam multidisciplinares, ou seja, que se relacionem com mais de um ramo do Direito. Nesses casos, o(a) aluno(a) perceberá que alguns temas estarão repetidos em mapeados de outras disciplinas. É também comum encontrar um mesmo tema com uma incidência 1x em determinada disciplina, mas em outra disciplina o mesmo enunciado com uma incidência 2x. Isso ocorre porque o Método DPN visa um mapeamento extremamente apurado do que caiu nas questões de cada uma das disciplinas isoladamente.

## LEGENDAS

Querido(a) aluno(a), antes de iniciar o estudo, peço que se atente para o significado das legendas do DPN. Elas funcionam da seguinte forma:

- » Artigos, e leis relacionadas com o dispositivo.
-  Súmulas e Jurisprudências relacionadas com o dispositivo que já caíram em provas.
-  Dicas, conceitos, frases de prova, classificações, exceções, divergências, etc.
-  Tema foi cobrado no ENAM – Exame Nacional de Magistratura.
-  Tema foi cobrado no concurso da Magistratura.
-  Tema foi cobrado no concurso do Ministério Público.
-  Tema foi cobrado no concurso da Procuradoria e AGU.
-  Tema foi cobrado no concurso da Defensoria Pública.
-  Tema foi cobrado no concurso de Delegado de Polícia.
-  Tema foi cobrado no concurso de Cartório.
-  Tema foi cobrado no Exame da OAB.
-  Dispositivos cobrados nos concursos do MPU.
-  Dispositivo caiu no ENAC – Exame Nacional dos Cartórios.

Os mapeamentos são clicáveis para você ver como o dispositivo foi cobrado pela Banca Examinadora.

Bons estudos.

<b>BOAS-VINDAS .....</b>	<b>3</b>
<b>LEGENDAS .....</b>	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>5</b>
<b>TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL .....</b>	<b>7</b>
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	7
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	7
ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	10
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL.....	15
PARAESTATAIS.....	16
AGENTES PÚBLICOS .....	17
LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	56
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	58
BENS PÚBLICOS.....	65
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	66
INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA .....	66
PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	68
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	70
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	72
ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA .....	76
OUTROS TEMAS.....	78
<b>JURISPRUDÊNCIA EM TESES DO STJ .....</b>	<b>79</b>
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	79
ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	81
AGENTES PÚBLICOS .....	88
CONCURSO PÚBLICO .....	94

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	107
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	112
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	116
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA .....	139
BENS PÚBLICOS.....	147
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	149
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	165
DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR .....	172
OUTROS TEMAS.....	174

» RE 765320, julgado em 16/09/2016.

Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

✓ FGV – 2025 – TRF-3 – Magistratura Federal.

### STF Tema de Repercussão Geral 973

---

É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

Leading case:

» RE 1058333, julgado em 21/11/2018.

Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

✓ FGV – 2024 – ENAM II.

✓ FGV – 2025 – TRF-3 – Magistratura Federal.

✓ VUNESP – 2021 – TJ-SP – Magistratura Estadual.

✓ MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.

✓ MPE-PR – 2019 – MPE-PR – Ministério Público.

✓ CESPE – 2021 – PGE-AL – Procuradoria Estadual.

✓ FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.

### STF Tema de Repercussão Geral 1009

---

No caso de declaração de nulidade de exame psicotécnico previsto em lei e em edital, é indispensável a realização de nova avaliação, com critérios objetivos, para prosseguimento no certame. (RE 113.3146, julgado em 21/09/2018)

### STF Tema de Repercussão Geral 1015

---

É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato (a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida (CF, arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, "caput", 37, "caput", I e II).

Leading case:

## DIREITO DE GREVE

### STF Tema de Repercussão Geral 531

---

A **Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação** decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, **permitida a compensação em caso de acordo**. O desconto **será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do poder público**.

#### Leading case:

» RE 693456, julgado em 27/10/2016.

#### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ VUNESP – 2017 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ FCC – 2017 – TST – Magistratura do Trabalho.
- ✓ MPM – 2021 – MPM – Ministério Público Militar.
- ✓ MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2022 – PGE-RO – Procuradoria Estadual.
- ✓ FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem XXVIII.

### STF Tema de Repercussão Geral 541

---

1. O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, **é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública**.

2. **É obrigatória a participação do Poder Público em mediação** instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do artigo 165 do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da categoria.

#### Leading case:

» ARE 654432, julgado em 05/04/2017.

#### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ TRF-4 – 2022 – TRF-4 – Magistratura Federal.
- ✔ FCC – 2017 – TST – Magistratura do Trabalho.
- ✔ MPE-MG – 2021 – MPE-MG – Ministério Público.
- ✔ MPM – 2021 – MPM – Ministério Público Militar.
- ✔ MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- ✔ CEFETBAHIA – 2018 – MPE-BA – Ministério Público.
- ✔ CESPE – 2023 – PGE-PA – Procuradoria Estadual.
- ✔ CESPE – 2023 – PGE-SE – Procuradoria Estadual.
- ✔ FUNDATEC – 2025 – PC-RS – Delegado de Polícia.
- ✔ VUNESP – 2022 – PC-RR – Delegado de Polícia.
- ✔ CESPE – 2018 – PF – Delegado de Polícia Federal.
- ✔ FAPEMS – 2017 – PC-MS – Delegado de Polícia.
- ✔ FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem XXV.

## STF Tema de Repercussão Geral 544

---

A Justiça Comum Federal ou Estadual é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas. (RE 846854, julgado em 25/05/2017)

### Nota Rápida:

- 📄 A competência para analisar a legalidade de uma greve de servidores públicos de autarquias e fundações é da justiça comum, estadual ou federal, ainda que eles sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Agora, se a greve for de empregados públicos de empresa pública ou sociedade de economia mista = competência da Justiça do Trabalho.

### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ MPDFT – 2025 – MPDFT – Ministério Público.

## OUTROS TEMAS

## STF Tema de Repercussão Geral 465

---

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

### STF Tema de Repercussão Geral 1237


---

1. O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da **teoria do risco administrativo**;
2. **É ônus probatório do ente federativo** demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil;
3. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares **não é suficiente, por si só**, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

#### Leading case:

- » ARE 1385315, julgado em 11/04/2024.

#### Casística:

 **FGV:** Em 12 novembro de 2025, durante a denominada “Operação onda cívica”, realizada por policiais militares, ocorreram mortes de participantes de manifestações públicas realizadas na capital do Estado Beta. Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a responsabilidade civil do referido Estado. A responsabilidade civil estatal, em situações de danos decorrentes de atuação policial em manifestações públicas, é objetiva e fundamentada na teoria do risco administrativo.

#### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- VUNESP – 2026 – MPE-SC – Ministério Público.
- VUNESP – 2026 – MPE-SC – Ministério Público.
- FGV – 2026 – MPE-GO – Ministério Público.
- MPE-RS – 2025 – MPE-RS – Ministério Público.
- AOCP – 2025 – MPE-MA – Ministério Público.
- FGV – 2026 – PC-PI – Delegado de Polícia.
- FGV – 2025 – PC-MG – Delegado de Polícia.

### STF Tema de Repercussão Geral 1055

---


**É objetiva** a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o

profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

**Leading case:**

» RE 1209429, julgado em 10/06/2021.

**Casística:**

 **FGV:** João é jornalista e cobria, presencialmente, uma manifestação em que ativistas de direitos humanos protestavam contra os altos índices de letalidade policial no Estado Alfa. Na qualidade de profissional de imprensa, enquanto fazia a cobertura jornalística, João foi ferido pelo policial militar José, ao receber uma pancada com cassetete em seu rosto, no momento em que havia conflito entre policiais e manifestantes. Inconformado com as lesões que sofreu, João buscou atendimento na Defensoria Pública para ajuizar ação indenizatória, ocasião em que lhe foi explicado que, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no caso em tela, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, caso João tenha descumprido ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas como de grave risco à sua integridade física.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

-  FGV – 2024 – ENAM I.
-  FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
-  FGV – 2026 – MPE-GO – Ministério Público.
-  FUNDEP – 2023 – MPE-MG – Ministério Público.
-  FGV – 2022 – DPE-MS – Defensoria Pública.
-  AOCF – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
-  CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.

## STF Tema de Repercussão Geral 950

---

1. A imunidade material parlamentar (art. 53, "caput", c/c art. 27, § 1º, e art. 29, VIII, CF/1988) configura excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado (art. 37, § 6º, CF/1988), afastando qualquer pretensão indenizatória em face do ente público por opiniões, palavras e votos cobertos por essa garantia.

2. Nas hipóteses em que a conduta do parlamentar extrapolar os limites da imunidade material, eventual responsabilização recairá de forma pessoal, direta e exclusiva sobre o próprio parlamentar, sob o regime de responsabilidade civil subjetiva.

**Leading case:**

» RE 632115-CE, j. em 27/9/2025.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

🟡 FGV – 2026 – TJ-GO – Magistratura Estadual.

🟡 FGV – 2026 – TJ-GO – Magistratura Estadual.

## STF Tema de Repercussão Geral 940

---

A teor do disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**Leading case:**

» RE 1027633, julgado em 14/08/2019.

**Nota Rápida:**

📄 Trata-se da chamada “tese da dupla garantia”.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

🟡 FGV – 2025 – TRF-3 – Magistratura Federal.

🟡 FGV – 2024 – TJ-MT – Magistratura Estadual.

🟡 FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.

🔴 CEFETBAHIA – 2025 – MPE-BA – Ministério Público.

🔴 MPE-MA – 2014 – MPE-MA – Ministério Público.

🔴 VUNESP – 2024 – PGE-SP – Procuradoria Estadual.

🔴 FGV – 2022 – PGE-SC – Procuradoria Estadual.

🟢 FCC – 2026 – DPE-MT – Defensoria Pública.

🟢 FUNDATEC – 2025 – DPE-SC – Defensoria Pública.

🟢 FUNDATEC – 2024 – DPE-PR – Defensoria Pública.

🟡 CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.

🟡 AOCP – 2021 – PC-PA – Delegado de Polícia.

🟣 FGV – 2020 – OAB – Exame de Ordem XXXI.

🟣 CESPE – 2018 – MPU – Analistas e Técnicos do MPU.

## STF Tema de Repercussão Geral 826

---

É imprescindível para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado em decorrência da fixação de preços no setor sucroalcooleiro a comprovação de efetivo prejuízo econômico, mediante perícia técnica em cada caso concreto. (ARE 884325, julgado em 18/08/2020)

## STF Tema de Repercussão Geral 777

---

O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

### Leading case:

» RE 842846, julgado em 27/02/2019.

### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

-  FCC – 2012 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
-  FUNDEP – 2023 – MPE-MG – Ministério Público.
-  FCC – 2022 – MPE-PE – Ministério Público.
-  AOCF – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
-  FGV – 2025 – ENAC II – Exame Nacional dos Cartórios.
-  FGV – 2025 – ENAC I – Exame Nacional dos Cartórios.
-  FGV – 2023 – TJ-SE – Cartório Notas e Registros.

## STF Tema de Repercussão Geral 592



---

Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.

### Leading case:

» RE 841526, julgado em 30/03/2016.

### Notas Rápidas:

-  **Omissão específica:** responsabilidade civil objetiva.
-  **Omissão genérica:** responsabilidade civil subjetiva.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- FCC – 2020 – TJ-MS – Magistratura Estadual.
- VUNESP – 2026 – MPE-SC – Ministério Público.
- CESPE – 2021 – MPE-AP – Ministério Público.
- MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- MPE-SP – 2013 – MPE-SP – Ministério Público.
- FUNDATEC – 2024 – DPE-PR – Defensoria Pública.
- CESPE – 2022 – DPE-PI – Defensoria Pública.
- CESPE – 2019 – DPE-DF – Defensoria Pública.
- FGV – 2026 – PC-PI – Delegado de Polícia.
- FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.
- CESPE – 2021 – PF – Delegado Federal.
- CESPE – 2018 – PF – Delegado Federal.
- CESPE – 2018 – PC-MA – Delegado de Polícia.
- CESPE – 2004 – PF – Delegado Federal.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XXI.
- FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XIX.

## **STF Tema de Repercussão Geral 512**

---

**O Estado responde subsidiariamente por danos materiais** causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, CF), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

**Leading case:**

- » RE 662405, Rel. Luiz Fux, julgado em 29/06/2020.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- CESPE – 2023 – PGE-RR – Procuradoria Estadual.

## **STF Tema de Repercussão Geral 366**

---

Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

**Leading case:**

» RE 136861, julgado em 11/03/2020.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- FGV – 2022 – TJ-AP – Magistratura Estadual.
- FGV – 2022 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
- MPDFT – 2025 – MPDFT – Ministério Público.
- PGR – 2025 – PGR – Ministério Público Federal.
- IBGP – 2024 – MPE-MG – Ministério Público.
- AOCF – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.

## STF Tema de Repercussão Geral 365

---

Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

**Leading case:**

» RE 580252, julgado em 16/02/2017.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- FGV – 2024 – ENAM I (Reaplicação).
- PGR – 2025 – PGR – Ministério Público Federal.
- MPE-MG – 2021 – MPE-MG – Ministério Público.
- MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.
- CESPE – 2021 – PGE-AL – Procuradoria Estadual.
- CESPE – 2022 – DPE-PI – Defensoria Pública.
- CESPE – 2021 – PF – Delegado Federal.

- ✓ CESPE – 2018 – PC-MA – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XXI.

## STF Tema de Repercussão Geral 362


---

Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

### Leading case:

- » RE 608880, julgado em 08/09/2020.

### Casuística:

 **FGV:** João cumpria pena em regime fechado no sistema penitenciário do Estado Alfa e conseguiu fugir, em verdadeira fuga cinematográfica feita com helicóptero blindado, que o resgatou quando tomava banho de sol. Seis meses após sua fuga, João se associou a outros criminosos e entrou na casa de Antônio, cometendo crime de latrocínio e ceifando a vida de sua nova vítima. Os filhos de Antônio buscaram a Defensoria Pública e ajuizaram ação indenizatória em face do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, pleiteando reparação por danos morais decorrentes da morte de seu pai. Alegam os autores que ocorreu omissão do Estado Alfa por não prover medidas eficazes de segurança carcerária. Na hipótese narrada, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e o art. 37, § 6º, da Constituição da República de 1988, a responsabilidade civil objetiva do Estado Alfa: não está caracterizada, diante da ausência de nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada por João.

### Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ FGV – 2024 – ENAM I (Reaplicação).
- ✓ FGV – 2026 – TJ-PR – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2021 – TJ-PR – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2026 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2022 – MPE-PE – Ministério Público.
- ✓ MPE-MG – 2021 – MPE-MG – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2022 – PGE-SC – Procuradoria Estadual.
- ✓ FUNDATEC – 2021 – PGE-RS – Procuradoria Estadual.
- ✓ CESPE – 2022 – DPE-RS – Defensoria Pública.
- ✓ FGV – 2026 – PC-PI – Delegado de Polícia.

- ✔ VUNESP – 2023 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- ✔ FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.

### STF Tema de Repercussão Geral 130

---

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

**Leading case:**

- » RE 591.874, julgado em 26/08/2009.

**Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✔ FGV – 2022 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✔ TRF-4 – 2010 – TRF-4 – Magistratura Federal.
- ✘ CESPE – 2021 – MPE-AP – Ministério Público.
- ✘ MPE-SC – 2016 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✔ CESPE – 2017 – DPU – Defensoria Pública.
- ✔ CESPE – 2012 – DPE-AC – Defensoria Pública.
- ✔ VUNESP – 2022 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- ✔ CESPE – 2018 – PC-MA – Delegado de Polícia.

## BENS PÚBLICOS

### STF Tema de Repercussão Geral 676

---

A Emenda Constitucional 46/2005 não interferiu na propriedade da União, nos moldes do artigo 20, VII, da Constituição da República, sobre os terrenos de marinha e seus acrescidos situados em ilhas costeiras sede de municípios.

**Leading case:**

- » RE 636199, julgado em 27/04/2017.

» RE 409356, julgado em 25/10/2018.

Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

✓ MPE-GO – 2019 – MPE-GO – Ministério Público.

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

### STF Tema de Repercussão Geral 1199

---

1. É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se – nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA – a presença do elemento subjetivo – **dolo**.
2. A norma benéfica da Lei 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, **é irretroativa**, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
3. A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; **devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente**.
4. O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 **é irretroativo**, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

**Leading case:**

» ARE 843989, julgado em 18/08/2022.

Onde este Tema foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ FGV – 2024 – ENAM I.
- ✓ FGV – 2026 – TJ-GO – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2023 – TJ-ES – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2023 – TRF-1 – Magistratura Federal.
- ✓ VUNESP – 2026 – MPE-SC – Ministério Público.

- ✓ FGV – 2025 – MPE-ES – Ministério Público.
- ✓ AOCF – 2025 – MPE-MA – Ministério Público.
- ✓ MPE-PR – 2025 – MPE-PR – Ministério Público.
- ✓ MPDFT – 2025 – MPDFT – Ministério Público.
- ✓ PGR – 2025 – PGR – Ministério Público Federal.
- ✓ MPE-SP – 2025 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ IBGP – 2024 – MPE-MG – Ministério Público.
- ✓ CONSULPLAN – 2024 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2024 – MPE-GO – Ministério Público.
- ✓ MPE-RS – 2023 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✓ MPE-PR – 2023 – MPE-PR – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2024 – PGE-GO – Procuradoria Estadual.
- ✓ CESPE – 2024 – DPE-AC – Defensoria Pública.
- ✓ FUNDATEC – 2025 – PC-RS – Delegado de Polícia.
- ✓ CESPE – 2025 – PC-CE – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2025 – ENAC II – Exame Nacional dos Cartórios.

## STF Tema de Repercussão Geral 1043

---

É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes:

1. Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013;
2. As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade;